Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Informações gerais e modificações nos negócios

A Unipar Participações S.A. (a "Companhia" ou "Unipar") é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede no Estado do Rio de Janeiro e tem ações negociadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações e, atualmente, tem como atividade preponderante a participação como controladora ou acionista de outras sociedades de forma direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimentos.

Aquisição de investimentos: Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

A Companhia concretizou, em 30 de maio de 2011, a aquisição de participação acionária na Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. ("Tecsis"), maior fabricante mundial de pás customizadas para geradores de energia eólica, por meio de Acordo de Investimento ("Acordo") com a BNDES Participações S.A., a Estater Gestão de Investimentos Ltda. e com certos credores da Tecsis.

Nos termos desse Acordo, a Unipar subscreveu ações ordinárias da Tecsis, através de aporte em dinheiro, correspondentes a 31,05% do capital votante e 25,25% do seu capital total, no montante total de R\$ 125.952, cujo aporte foi efetuado em 6 de junho de 2011. Esse investimento inaugurou o processo de diversificação da Unipar, após a sua reestruturação societária efetuada em 2010.

A Unipar continua avaliando outras oportunidades de investimento dos seus recursos e de diversificação de suas atividades e manterá seus acionistas e o mercado informados à medida que tais oportunidades forem se concretizando.

A tabela abaixo resume as participações societárias da Companhia e de suas subsidiárias bem como as atividades nas quais estão engajadas:

			Participação em		
		_	31/12/2012	31/12/2011	
Subsidiária	País sede	Atividade principal	Direta	Direta	
Carbocloro S.A. Indústrias Químicas ("Carbocloro")	Brasil	Cloro e Soda	50,00	50,00	
Tecsis Tecnol. e Sistemas Avançados S.A. ("Tecsis")	Brasil	Pás p/ Geração de Energia Eólica	25,25	25,25	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Obrigações com arrendamento mercantil

A Companhia acredita que os pagamentos de aluguéis mínimos, de arrendamento mercantil operacional, não canceláveis, referem-se ao período contratual do curso normal da operação.

O contrato possui cláusula de multa em caso de quebra contratual, equivalente a três meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esse contrato em 31 de dezembro de 2012, o montante da multa seria de R\$ 124 (31/12/2011 - R\$ 116).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes exercícios, são apresentados a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	462
2013	328	308
	328	770

2.1. Base de preparação

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria, em 01 de março de 2013.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia também estão de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

b) <u>Demonstrações financeiras individuais</u>

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPCs e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria adotado o valor de custo ou valor justo.

2.2. Consolidação

a) <u>Demonstrações financeiras consolidadas</u>

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes políticas contábeis são aplicadas às controladas, controladas em conjunto e coligadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Consolidação -- Continuação

- a) Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
 - (i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais da metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada são os valores justos dos ativos transferidos, os passivos incorridos e as participações no capital emitidas pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensuradas inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Numa base aquisição por aquisição, a Companhia reconhece a participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da parte da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Consolidação -- Continuação

- a) Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
 - (i) Controladas--Continuação

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a perda for um indicador de *impairment*. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(ii) Controladas em conjunto "joint ventures"

Joint ventures são aqueles investimentos nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são consolidados proporcionalmente. A Companhia consolida linha por linha a sua participação nos ativos, passivos, ingressos, despesas e fluxos de caixa com as correspondentes linhas das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia reconhece a proporção dos ganhos e perdas nas vendas de ativos pelo grupo para a joint venture que é atribuível para os outros sócios. A Companhia não reconhece sua participação de ganhos da joint venture correspondente as compras pela Companhia e suas subsidiárias de ativos da joint venture até sua venda para um terceiro. As perdas são reconhecidas de forma imediata se representam evidência de uma redução no valor de realização dos ativos circulantes ou uma perda por impairment.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Consolidação -- Continuação

a) Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

(iii) Coligadas

Coligadas são entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e que não se configura como controlada ou participação em controlada em conjunto (joint ventures). Influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é geralmente evidenciada por uma participação no poder de voto de 20% ou mais, representação no conselho de administração ou na diretoria da investida, participação nos processos de elaboração de políticas, operações materiais entre o investidor e investida, intercâmbio de diretores ou gerentes ou fornecimento de informação técnica essencial. A Companhia reconhece sua participação em coligada pelo método da equivalência patrimonial. No momento da aquisição o custo do investimento é representado pelo valor justo dos ativos e passivos da coligada adquiridas, sendo a diferença apurada entre o valor pago e o valor de mercado desses ativos e passivos classificado como ágio ("goodwill").

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controlada em conjunto e em coligada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria a custo ou valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Consolidação -- Continuação

b) Demonstrações financeiras individuais--Continuação

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento na controlada em conjunto e coligada foi inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do período, gerados pelas investidas. A parte da Companhia no lucro ou prejuízo do período das investidas é reconhecida no lucro ou prejuízo do período. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil dos investimentos também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes das investidas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido.

2.3. Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva sob a orientação do Conselho de Administração a quem cabe as decisões estratégicas da Companhia.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Conversão em moeda estrangeira--Continuação

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em forma separada junto com a receita ou despesa financeira.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado ("mantido para negociação") e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.1. Classificação e mensuração--Continuação

a) Mantidos para negociação

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos, quando existentes, também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos instrumentos classificados nesta categoria são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria, os empréstimos concedidos e os recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (os quais são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, duplicatas a receber de clientes, demais contas a receber e empréstimos concedidos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido. significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são. subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras ou Despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mantidos para negociação é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

2.6.3. Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.4. *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor:
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.4. Impairment de ativos financeiros--Continuação

Ativos mensurados ao custo amortizado--Continuação

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Duplicatas a receber de clientes

As duplicatas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As duplicatas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática são reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Estoques--Continuação

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em trânsito são demonstradas pelos custos específicos incorridos.

O estoque de materiais de manutenção, composto substancialmente por peças sobressalentes, é registrado ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para giro lento de estoques, considerado o montante que a Companhia espera recuperar pelo uso futuro do ativo em suas operações.

2.9. Depósitos judiciais

Os depósitos são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para demandas judiciais ou obrigações legais, a menos que tais depósitos sejam legalmente compensáveis contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

2.10. Ativos intangíveis

a) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos intangíveis--Continuação

b) Programas de computador (softwares)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. A vida útil estimada é de cinco anos.

2.11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Imobilizado--Continuação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	25 a 31
Equipamentos e instalações	10 a 14
Veículos	5 a 6
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado em "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas".

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), considerando a taxa efetiva das captações dos referidos empréstimos e financiamentos e variação cambial.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Provisões--Continuação

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos, quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.17. Benefícios aos empregados

a) Obrigações de aposentadoria

A controlada em conjunto opera planos de pensão de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Benefícios aos empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando como referencia taxas de juros de títulos de longo prazo de alta qualidade.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, o que for maior, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Benefícios aos empregados--Continuação

b) Assistência médica pós-aposentadoria

A controlada em conjunto Carbocloro oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionários tenha seu contrato de trabalho rescindido, (ii) tenha mais de 55 anos de idade e (iii) tenha cumprido com um período de, no mínimo, dez anos de trabalho nessa controlada em conjunto. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, o que for maior, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

c) Aposentadoria compulsória

A controlada em conjunto Carbocloro possui um programa de aposentadoria compulsória mediante o qual se encerra o vínculo empregatício quando o funcionário atinge uma determinada idade. Os custos esperados com esse programa são calculados anualmente por atuários independentes utilizando-se o método de crédito unitário projetado.

d) Benefícios de longo prazo - gratificação por tempo de serviço

Os benefícios de longo prazo da controlada em conjunto Carbocloro são exigíveis quando o empregado permanece por um determinado tempo de serviço na empresa, neste caso, dez anos, e a partir deste tempo a cada cinco anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são debitados ou creditados ao resultado em forma imediata. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Benefícios aos empregados--Continuação

e) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente apropriado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.18. Reconhecimento da receita

a) Receita de vendas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança, (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador. Na prática, a Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

b) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando a Companhia compra ações do próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre o capital próprio, para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou na data de pagamento, se for anterior.

2.21. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Companhia. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor--Continuação

- O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013.
- IFRS 11 "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. Estima-se que o impacto do IFRS 11 no período corrente (que corresponderá ao período comparativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013), considerando-se determinados itens, seja uma redução na receita no montante de R\$355.386, e uma redução no lucro operacional no montante de R\$75.566. O ativo circulante e passivo circulante serão reduzidos em R\$65.961 e 66.037, respectivamente, enquanto o impacto no ativo não circulante será de R\$246.413, sendo o passivo não circulante reduzindo em R\$59.069.
- IFRS 13 "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiamse na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificados de depósito bancários ou operações compromissadas da compra e revenda ou ainda derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros não negociados em mercados ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Benefícios de empregados

O valor atual de obrigações de planos de pensão, assistência médica, aposentadoria compulsória e gratificação por tempo de serviço depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações de benefícios de empregados.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de benefícios de empregados. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera como referência as taxas de juros de títulos públicos denominados em reais e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de benefícios de empregados.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 20.

d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia na medida em que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

e) Provisões

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A Administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A política da Companhia e sua controlada em conjunto para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Quando necessário, a mesma se utiliza dos instrumentos derivativos para proteção de seu passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que, nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e sua controlada em conjunto estão suscetíveis a esta variação em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano e o euro, conforme a seguir detalhado.

	Consolidado				
	31 de dezem	bro de 2012	31 de dezem	nbro de 2011	
	Moeda estrangeira - milhares	Reais	Moeda estrangeira - milhares	Reais	
Ativo Contas a receber em US\$	-	-	958	1.795	
Passivo Empréstimos em US\$ Empréstimos em €	(4.399) (713)	(8.990) (1.922)	(10.607) (1.426)	(19.895) (3.471)	
Exposição líquida		(10.912)	_ =	(21.571)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

(i) Risco cambial--Continuação

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial deve ser defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e o fluxo de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições aos instrumentos derivativos contratados. A Companhia e sua controlada em conjunto gerenciam o risco de variação cambial através de planilhas e monitoramento de preços e curvas de mercado.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas e coligadas decorre de empréstimos e de aplicações financeiras. Os empréstimos e aplicações financeiras contratados a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos contratados a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo e contas a receber de clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito--Continuação

A política de vendas da controlada em conjunto está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A administração da Companhia e sua controlada monitoram o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia possui política de avaliação de crédito de instituições financeiras. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia, somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências especializadas (agências de rating e de diagnóstico de crédito). A Companhia mantém o monitoramento do cumprimento de seus procedimentos de seleção de instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e de sua controlada em conjunto não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

	Controladora				Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2012							
Empréstimos	122.621	120.780	-	151.481	134.277	17.699	1.830
Fornecedores	532	-	-	10.718	-	-	-
Outras obrigações	2.022	-	-	23.085	2.677	7.139	-
Em 31 de dezembro de 2011							
Empréstimos	189.528	138.567	126.670	244.522	159.013	126.824	-
Fornecedores	936	-	-	8.446	-	-	-
Outras obrigações	948	-	-	16.956	-	-	-

d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. A administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentando um cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM por meio da Instrução no 475/08, os quais consideram 25% e 50% de deterioração da variável de risco denominados, respectivamente (cenários II (possível) e III (remoto)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2012

(i) Aplicações financeiras

Aplicações financeiras mantidas para negociação

		_	Controladora e Consolidado			
Indexador	Valor	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
CDI	247.147	Baixa do CDI	4.451	3.338	2.225	

Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

			Controladora e Consolidado		
Indexador	Valor	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA + 4,5% a.a.	14.701	Baixa do IPCA	323	242	162

(ii) Financiamentos

			Controladora		
Indexador	Valor	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	219.151	Alta do CDI	4.050	5.063	6.076

				Consolidado	
Indexador	Valor	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	246.391	Alta do CDI	4.574	5.658	6.761
TJLP	17.392	Alta da TJLP	202	202	202
CESTA	4.352	Alta do dólar + alta da Cesta	54	1.166	2.270
LIBOR	2.420	Alta do dólar + alta da LIBOR	16	627	1.238
FIXA	4.140	Alta do dólar/alta do Euro	50	1.097	2.144
	274.695	=			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2012--Continuação

(iii) Premissas utilizadas nas simulações

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2,0435	2,5544	3,0653
Euro (R\$/Euro)	2,6954	3,3693	4,0431
CDI - % (financiamentos)	6,9000	8,6250	10,3500
CDI - % (aplicações financeiras)	6.9000	5,1750	3,4500
LIBOR - %	0,7500	0,9375	1,1250
TJLP - %	5,5000	5,5000	5,5000
CESTA - %	3,5596	4,4495	5,3394

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital--Continuação

Os índices consolidados de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total dos empréstimos (Nota 16) Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) Menos – aplicações financeiras (Nota 8)	274.695 7.273 261.848	447.973 8.638 405.089
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	(5.574)	(34.246)
Total do patrimônio líquido	411.906	381.293
Total do capital	417.480	415.539
Índice de alavancagem financeira - %	1,34	8,24

A redução no índice de alavancagem financeira em 2012, foi decorrente, substancialmente, da melhora do resultado operacional consolidado.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 e CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.3. Estimativa do valor justo--Continuação

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora				
	Ativos financeiros Ativos financeiros				
	Empréstimos e recebíveis	mantidos até o vencimento	mantidos para negociação	Total	
Ativos 31 de dezembro de 2012 Valor justo Aplicações financeiras Caixa e equivalente de caixa	- 1.464	-	247.147	247.147 1.464	
Custo amortizado Aplicações financeiras		14.701	-	14.701	
. ,	1.464	14.701	247.147	263.312	
31 de dezembro de 2011 Valor justo Aplicações financeiras Caixa e equivalentes de caixa	5.422 5.422	- -	405.089 - 405.089	405.089 5.422 410.511	

	Controladora			
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Passivos Custo amortizado Empréstimos	219.151	376.000		
Fornecedores Outros passivos	532 2.022	936 948		
·	221.705	377.884		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Ativos financeiros mantidos para negociação	Total
Ativos 31 de dezembro de 2012 Valor justo Aplicações financeiras Caixa e equivalentes de caixa	- 7.273	- -	247.147	247.147 7.273
Custo amortizado Contas a receber de clientes Aplicações financeiras	46.455 - 53.728	14.701 14.701	- - 247.147	46.455 14.701 315.576
31 de dezembro de 2011 Valor justo Aplicações financeiras Caixa e equivalentes de caixa	- 8.638	-	405.089 -	405.089 8.638
Custo amortizado Contas a receber de clientes	35.901 44.539	<u>-</u>	- 405.089	35.901 449.628
	31 de dezembr de 2012	nsolidado o 31 de deze de 20°		
Passivos Custo amortizado Empréstimos Fornecedores	274.695 10.718	447.97 8.44	16	
Outros passivos	32.901 318.314	16.95 473.37		

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado			
	2012	2011		
Contrapartes sem classificação externa de crédito Grupo 1 - Risco Nulo	24.961	18.876	5	
Grupo 2 - Risco Mínimo	4.616	1.804		
Grupo 3 - Risco Baixo Grupo 4 - Risco Significativo	8.953 5.106	6.139 8.979)	
Grupo 5 - Risco Alto	3.689	2.159)	
Total de contas a receber de clientes	47.325	37.957	7	
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Conta-corrente, depósitos bancários de curto prazo e títulos e valores mobiliários em entidades de primeira linha de risco de crédito (*) Entidade com risco de crédito maior	263.306 -	410.505 -	266.252 2.863	413.721 -
	263.306	410.505	269.115	413.721

^(*) O saldo residual do item "Caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa, de forma que não oferece risco de crédito.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Recursos em caixa e conta-correntes bancárias Certificado de Depósitos Bancários (CDBs) compromissados pelo agente emissor com liquidez	657	33	3.603	3.249
diária garantida contratualmente	807	5.389	3.670	5.389
<u>-</u>	1.464	5.422	7.273	8.638
		•		•

Controladora

Concolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Mantidos para negociação	000.070	000 447	000.070	000 447
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs (1) e (2) Cotas de fundos de investimentos	230.876 5.775	382.417 9.623	230.876 5.775	382.417 9.623
Debêntures empresas privadas Mantidos até o vencimento	10.496	13.049	10.496	13.049
Debêntures Tecsis (Vide nota 30)	14.701	=	14.701	=
Circulante	261.848	405.089	261.848	405.089

As aplicações financeiras, classificadas como mantidas para negociação e mantidas até o vencimento, estão apresentadas em "Atividades de Investimento" como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa. As variações desses ativos financeiros estão registradas como "Receitas Financeiras" no resultado (Nota 25).

9. Duplicatas de clientes a receber

	Consolidado		
	31 de dezembro 31 de dezen		
	de 2012	de 2011	
Clientes nacionais	46.389	30.038	
Clientes no exterior	-	1.795	
Outras contas a receber	936	6.124	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(870)	(2.056)	
	46.455	35.901	
Parcela circulante	46.255	34.299	
Parcela não circulante	200	1.602	

⁽¹⁾ Neste montante está contemplado o valor de R\$ 24 milhões, que refere-se as Aplicações Financeiras cedidas fiduciariamente ao Banco Itaú BBA, como garantia à linha de capital de giro da coligada Tecsis, com vencimento em 15 de fevereiro de 2013, conforme autorizado na RCA de 02/03/2012.

⁽²⁾ A Companhia possui o montante de R\$ 56.100 dados em garantia referente a empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil. Maiores detalhes vide nota 16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Duplicatas de clientes a receber--Continuação

Todas as duplicatas a receber não circulantes vencem em até cinco anos a contar da data do balanço e são indexadas a taxas que variam de 0,8% a 1,5%..

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de duplicatas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2012	2011	_
Em 1º de janeiro	2.056	2.000	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	56	
Valores não usados, estornados	(1.186)	-	
Em 31 de dezembro	870	2.056	

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa de duplicatas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Outras despesas (receitas) operacionais líquidas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

Em 31 de dezembro de 2012, contas a receber no valor de R\$ 41.157 (2011 - R\$ 33.212) estavam totalmente adimplentes.

O quadro a seguir resume os saldos de contas a receber por vencimento líquido da provisão para perdas.

2012

	=		
	Bruto	Provisão	
Créditos a vencer	41.157	-	
Vencidos até 90 dias	2.478	-	
Vencidos de 90 até 180 dias	34	34	
Vencidos de 181 até 365 dias	1.509	3	
Vencidos acima de 365 dias	2.147	833	
Total de contas a receber	47.325	870	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Duplicatas de clientes a receber--Continuação

	2011		
0.419	Bruto	Provisão	
Créditos a vencer	33.212	-	
Vencidos até 90 dias	2.586	1.212	
Vencidos de 181 até 365 dias	45	45	
Vencidos acima de 365 dias	2.114	799	
Total de contas a receber	37.957	2.056	

As duplicatas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	Conso	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Reais Dólares americanos	46.455	34.106 1.795		
	46.455	35.901		

10. Impostos a recuperar

	Controladora			
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda (i)	30.531	24.559	30.531	24.559
ICMS a recuperar (ii)	- 0.000		2.445	2.836
PIS e COFINS	2.883	2.788	2.883 974	3.657
Outros	33		974	953
	33.447	27.347	36.833	32.005
Circulante Não circulante	33.447 -	27.347 -	35.402 1.431	30.523 1.482

Em 31 de dezembro de 2012, os valores são substancialmente provenientes dos impostos e tributos, a saber:

⁽i) Refere-se a créditos provenientes de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros s/ capital próprio (JCP).

⁽ii) Impostos incidentes sobre aquisições de ativo imobilizado da controlada em conjunto Carbocloro, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estoques

	2012	2011
Matérias-primas	3.490	6.594
Produtos em processo	1.286	1.347
Produtos acabados	4.049	4.167
Provisão para desvalorização	(2.478)	(2.304)
Materiais auxiliares e embalagens	`1.042 [´]	`860 [′]
Materiais de manutenção e outros	8.091	8.924
•	15.480	19.588
Não circulante Materiais de manutenção e outros	(6.272)	(6.704)
Circulante	9.208	12.884

As movimentações na provisão para desvalorização dos estoques da Companhia são as seguintes:

	2012	2011
Em 1º de janeiro Provisão para desvalorização dos estoques	2.304 174	700 1.604
Em 31 de dezembro	2.478	2.304

12. Depósitos judiciais

a) Composição dos depósitos judiciais

	Contro	oladora	Consolidado			
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Tributários Trabalhistas Outros	35.827 1.148 -	32.788 1.133	35.827 1.232 439	32.788 1.133		
Não circulante	36.975	33.921	37.498	33.921		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Depósitos judiciais--Continuação

b) Movimentação dos depósitos judiciais

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	33.921	33.921
Adição de depósito	1.077	1.588
Atualização monetária	2.413	2.432
Baixa de depósito	(436)	(443)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	36.975	37.498

O saldo dos depósitos judiciais é composto principalmente por processo judicial tributário referentes a PERDCOMP´s não homologadas pela Receita Federal, no valor de R\$18.645 (31/12/2011 – R\$ 17.526) e processos judiciais da excontrolada Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas no valor de R\$ 11.330 (31/12/2011 – R\$ 10.602), ambos os casos sem constituição de provisão em função de estarem classificadas como êxito provável e possível, respectivamente.

13. Investimentos em subsidiárias

a) Movimentação dos investimentos

	Carbocloro		Unipar	
	S.A.	Tecsis	Commerce	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	180.493	100.378	402	281.273
Equivalência patrimonial	49.275	16.878	(15)	66.138
Variação cambial	-	-	40	40
Dividendos recebidos	(42.500)	-	-	(42.500)
Amortização de valor justo (Nota 24)	-	(4.060)	-	(4.060)
IRPJ/CSLL s/ amortização de valor justo	-	1.380	-	1.380
Ajuste de avaliação patrimonial	-	110	-	110
Ajuste de investimento Tecsis	-	3.346	-	3.346
Baixa de investimento	-	-	(427)	(427)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	187.268	118.032	-	305.300

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos em subsidiárias--Continuação

b) Informações das investidas

Saldo em	31 0	de d	ezembro	de	2012

								Nossa part.	
	% Part. ações	Lucro/			Receita		Patrimônio	patrimônio	Equivalência
Empresas	ordinárias	prejuízo	Ativo	Passivo	líquida	Capital social	líquido total	líquido	patrimonial
Carbocloro	50,00	98.552	624.747	250.212	710.771	188.303	374.535	187.268	49.275
Tecsis	25,25	66.840	881.903	715.889	1.319.050	231.049	166.014	35.310	16.878
Unipar Commerce	100,00	(15)	-	-	-	-	-	-	(15)
Total dos investiment	os							222.578	66.138

Saldo em 31 de dezembro de 2011

`								Nossa part.	
F	% Part. ações	Lucro/	Adina	Donnius	Receita	Comital assist	Patrimônio	patrimônio	Equivalência
Empresas	ordinárias	prejuízo	Ativo	Passivo	líquida	Capital social	líquido total	líquido	patrimonial
Carbocloro	50,00	85.949	615.830	254.847	690.702	184.006	360.983	180.493	42.975
Tecsis	25,25	(230.169)	738.005	639.266	587.586	231.049	98.178	24.790	(25.574)
Unipar Commerce	100,00	(5)	402	-	-	8	402	402	(5)
Total dos investiment	os							205.685	17.396

Carbocloro S.A. Indústrias Químicas

Localizada em Cubatão - SP tem por objetivo social a produção e comercialização de soda cáustica, cloro líquido, hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, dicloroetano (EDC) e derivados.

Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

Localizada em Sorocaba - SP tem por objetivo social a produção e comercialização de pás customizadas para geradores de energia eólica.

Unipar Commerce and Distribution INC

Localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Suas atividades foram encerradas no exercício de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

_	Consolidado								
-	Terrenos	Edificações e construções	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Demais bens	Total em operação	Imobilizado em andamento	lmobilizado total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011									
Saldo inicial Aguisicões	5.070	43.196	170.638	714 203	2.167	1.969 28	223.754 231	17.108 16.913	240.862 17.144
Transferências Alienacões/baixas	-	803	12.831 (1.439)	541 (770)	648 (226)	410 (913)	15.233 (3.348)	(15.260)	(27) (3.348)
Depreciação (Nota 24) Baixa de depreciação		(1.727)	(18.559) 1.385	(222) 465	(441) 189	(361) 886	(21.310) 2.925		(21.310) 2.925
Saldo contábil, líquido	5.070	42.272	164.856	931	2.337	2.019	217.485	18.761	236.246
Em 31 de dezembro de 2011 Custo ou avaliação	5.070	59.363	372.628	1.384	5.722	4.735	448.902	18.761	467.663
Depreciação acumulada	-	(17.091)	(207.772)	(453)	(3.385)	(2.716)	(231.417)		(231.417)
Saldo contábil, líquido	5.070	42.272	164.856	931	2.337	2.019	217.485	18.761	236.246
Em 31 de dezembro de 2012 Aquisições Transferências Alienações/baixas Depreciação (Nota 24) Baixa de depreciação	(831)	2.741 (1.762)	23.959 (377) (18.555) 369	743 355 (460) (311) 237	16 385 (29) (434) 22	20 651 (23) (319) 25	779 28.091 (1.720) (21.381) 653	22.544 (28.220)	23.323 (129) (1.720) (21.381) 653
Saldo contábil, líquido	4.239	43.251	170.252	1.495	2.297	2.373	223.907	13.085	236.992
Em 31 de dezembro de 2012 Custo ou avaliação Depreciação acumulada	4.239	62.104 (18.853)	396.210 (225.958)	2.022 (527)	6.094 (3.797)	5.383 (3.010)	476.052 (252.145)	13.085	489.137 (252.145)
Saldo contábil, líquido	4.239	43.251	170.252	1.495	2.297	2.373	223.907	13.085	236.992

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

	Direito de uso o software	Consolidado de Pesquisa e desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2011			
Saldo inicial	333	780	1.113
Aquisições	24	-	24
Transferências	129	-	129
Amortização	(161)	-	(161)
Saldo contábil, líquido	325	780	1.105
Em 31 de dezembro de 2012 Custo Amortização acumulada	1.928 (1.603)	780	2.708 (1.603)
Saldo contábil líquido	325	780	1.105

16. Empréstimos e financiamentos

	Contro	oladora	Consc	lidado
	2012	2011	2012	2011
Financiamentos em moeda nacional				
Atualizados com base na variação da UR -				
TJLP (TJLP + 2,03%)	-	-	17.392	24.708
Atualizados com base na variação do CDI				
(108,24% do CDI)	219.151	376.000	246.391	399.899
Financiamentos em moeda estrangeira				
Dólar norte-americano				
Prefixado (6,8% a.a.)	-	-	2.218	7.901
LIBOR (LIBOR + 2% a.a.)	-	-	2.420	6.663
Cesta de moedas (Cesta +1,94% a.a.)	-	-	4.352	5.331
Euro				
Prefixado (5,28% a.a.)	-	-	1.922	3.471
Total dos empréstimos e financiamentos	219.151	376.000	274.695	447.973
Circulante	107.624	153.080	133.906	205.307
Não circulante	111.527	222.920	140.789	242.666

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A exposição dos empréstimos da Companhia a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Contro	oladora	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
2012	-	153.080	-	205.307
2013	107.624	111.393	133.906	130.985
2014	111.527	111.527	123.024	111.681
2015	-	-	11.330	-
2016 em diante	-	-	6.435	_
	219.151	376.000	274.695	447.973

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

or raioros comasons o o raior j	acto acc cmp.	001111100 000 01	o oogan noon			
	Controladora					
	Valor o	ontábil	Valor	justo		
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro		
	de 2012	de 2011	de 2012	de 2011		
Financiamentos em moeda nacional	219.151	376.000	217.179	371.534		
			lidado			
		ontábil		justo		
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro		
	de 2012	de 2011	de 2012	de 2011		
Financiamentos em moeda nacional	263.783	424.607	262.310	420.147		
Financiamentos em moeda estrangeira	10.912	23.366	10.931	23.405		
ŭ	274.695	447.973	273.241	443.552		

Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa média de empréstimos de 121% do CDI em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - 120%).

Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

Como garantia dos empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia foram oferecidas 59.388 ações da Carbocloro S.A. e aplicação em CDB no Banco do Brasil no montante de R\$56.100.

Certos empréstimos apresentam também cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (covenants). Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Demandas judiciais

	31 de dezem	nbro de 2012	31 de dezem	nbro de 2011
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscais Trabalhistas Ambientais	3.016 2.000 -	11.242 2.000 426	2.921 500 -	20.454 500 434
Total	5.016	13.668	3.421	21.388
Depósito judicial	(3.016)	(9.937)	(2.921)	(10.152)
Saldo não circulante	2.000	3.731	500	11.236

a) Fiscais

(i) PIS/COFINS

Em função de ter sido revogada a liminar concedida anteriormente para a suspensão da exigibilidade dos valores devidos na forma da Lei no 9.718/98, garantindo o direito ao recolhimento conforme legislação anterior (Lei Complementar no 7/70 e Lei Complementar nº 70/91), a Companhia efetuou depósito judicial da diferença provisionada, que em 31 de dezembro de 2012 registrava o montante atualizado de R\$ 3.016 (31/12/2011 - R\$ 2.921).

(ii) Imposto de renda e contribuição social

A Carbocloro S.A. Indústrias Químicas possui provisão para demandas judiciais no valor de R\$ 3.171 em 31 de dezembro de 2012 (31/12/2011 - R\$ 3.171), correspondente a 50% da participação da Controladora nessa empresa, referente à correção monetária das parcelas do imposto de renda do exercício de 1989 e imposto de renda sobre lucro líquido e contribuição social de 1990.

b) Remediação ambiental

A controlada em conjunto Carbocloro usa diversos produtos químicos na produção de soda cáustica, cloro e derivados. Com base em estudos elaborados por empresa especializada, a Carbocloro, a fim de atender à legislação ambiental em vigor constituiu, em anos anteriores, provisão para remediação ambiental. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 426 (31/12/2011 - R\$ 434), correspondente a 50% da participação da Controladora nessa empresa, demonstrado dentro de outras provisões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Demandas judiciais--Continuação

c) Movimentação das provisões para demandas judiciais

	Controladora			Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Saldo	Fiscais	Trabalhistas	Ambientais	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.921	500	3.421	20.454	500	434	21.388
Adição de provisão Reversão/ baixa (*) Atualização monetária	- - 95	1.500 - -	1.500 - 95	2.343 (11.991) 436	1.500 - -	(8)	3.843 (11.999) 436
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.016	2.000	5.016	11.242	2.000	426	13.668

^(*) Em setembro de 2012, a Secretaria de Receita Federal indeferiu o pedido de homologação do crédito de PIS sobre faturamento, correspondente aos recolhimentos do período de março de 1996 à janeiro de 1999, utilizados na compensação de outros tributos federais a partir de setembro de 2002. Em outubro de 2012, a Carbocloro formalizou junto a Procuradoria da Secretaria da Receita Federal, acordo para pagamento parcelado da dívida, reclassificando assim, R\$ 11.559 (correspondente a 50% da participação da Controladora), para contas a pagar.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia e sua controlada em conjunto possuem em 31 de dezembro de 2012, disputas judiciais fiscais no montante de R\$ 40.081 (31/12/2011 - R\$ 51.818), compostas substancialmente por compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal e processo de alargamento de base de cálculo - COFINS, para as quais os consultores jurídicos consideram como possíveis as possibilidades de perdas e, portanto, não há provisão constituída.

18. Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos resultados apurados no exercício é determinada respeitando-se os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados, com a participação dos sindicatos classistas, observando-se as disposições legais, conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

As empresas controlada em conjunto e coligada também firmaram acordo para participação dos empregados nos lucros, sempre conforme a legislação pertinente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Contro	oladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	
Lucro antes dos impostos	37.388	4.293	57.400	20.857	
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto - 34% Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	(12.712) 22.487	(1.460) 2.294	(19.517) 5.739	(7.091) (12.316)	
Prejuízos fiscais para os quais nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido	(5.362)	(976)	(5.362)	(976)	
Outras exclusões (adições) temporárias e permanentes, não constituição de IR e CS diferidos	(2.519)	297	1.022	3.974	
Encargo fiscal	1.894	155	(18.118)	(16.409)	
Alíquota efetiva	(5%)	(4%)	32%	79%	

b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Contro	oladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	
Imposto corrente Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-	(15.456)	(17.411)	
Total do imposto corrente	-	-	(15.456)	(17.411)	
Imposto diferido					
Geração e estorno de diferenças temporárias Obrigações e benefícios a empregados Provisões Demandas judiciais Efeito no cálculo de depreciação PN nº1/2011 Outros S/ IOF e comissão de financ. e aplicações financeiras	- - - - 1.894	- - - - - 155	745 814 337 (6.511) 59 1.894	534 (184) 86 - 411 155	
Total do imposto diferido	1.894	155	(2.662)	1.002	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.894	155	(18.118)	(16.409)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Ativo de imposto diferido				
Diferenças Temporárias:				
Demandas judiciais	5.356	5.019		
Obrigação com benefícios a empregados	6.209	5.465		
Provisões sobre frete, PCLD e outras	1.970	1.156		
Efeito no cálculo de depreciação PN nº 1/2011	(11.277)	(4.766)		
Outros	843	783		
Total do imposto diferido ativo	3.101	7.657		
Passivo de imposto diferido				
Regime Transitório de Transição – RTT:				
IOF e comissão s/ financiamentos	844	1.357		
Total do imposto diferido passivo	844	1.357		
Ativo de imposto diferido (líquido)	2.257	6.300		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>--Continuação

A recuperação dos tributos diferidos da Companhia e de sua controlada em conjunto foi projetada de acordo com a realização de determinados eventos e está dividida conforme abaixo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	
Ativo de imposto diferido			
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	289	5.717	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	2.812	1.940	
	3.101	7.657	
Passivo de imposto diferido			
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após 12 meses	331	965	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	513	392	
_	844	1.357	

20. Obrigações com benefícios aos empregados

a) Benefícios de plano de pensão - Unipar

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios pós-emprego na modalidade de contribuição definida administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A..

No plano de Contribuição Definida, os benefícios serão disponíveis a partir da idade de aposentadoria contratada, calculados no momento da concessão da aposentadoria, de acordo com o fundo acumulado existente naquela data.

O montante das contribuições da Companhia à este plano totalizou R\$ 352 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$ 330).

b) Benefícios de plano de pensão - Carbocloro

A Carboprev foi constituída em 10 de setembro de 1997, como resultado da transferência dos participantes empregados da Carbocloro que estavam vinculados ao plano da Vulcaprev - Sociedade de Previdência Privada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

b) <u>Benefícios de plano de pensão - Carbocloro</u>--Continuação

A Carbocloro patrocina integralmente a suplementação de aposentadoria de seus funcionários através de um plano básico com benefício definido, com 416 participantes em 31 de dezembro de 2012 (2011 - 416 participantes), e contribui em um plano de contribuição definida, custeado também pelos funcionários, contando com 317 participantes em 31 de dezembro de 2012 (2011 - 294 participantes), estando a administração desses planos a cargo da Carboprev Sociedade de Previdência Privada.

c) Benefícios de assistência médica

A controlada em conjunto Carbocloro possui plano de assistência médica como benefício pós-emprego correspondente a um complemento de 50% em média do plano de saúde escolhido pelo funcionário aposentado e estendido ao cônjuge por um período de quatro anos. O plano é estruturado na modalidade de benefício definido, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial procedido por atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2012, a provisão para os gastos com assistência médica complementar pós-aposentadoria estão estimadas em R\$ 4.110 (2011 - R\$ 3.678), correspondente a participação da Controladora em 50% nessa empresa.

d) Benefícios de aposentadoria compulsória

Em 10 de maio de 2004, foi aprovada pela diretoria da Carbocloro a política corporativa de desligamento de funcionários que inclui o desligamento compulsório de funcionários atingindo a idade limite de 60 anos. Nesses casos, a política define o pagamento de todas as verbas rescisórias normalmente pagas no desligamento de funcionários, inclusive a multa rescisória de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Este benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

e) Gratificação por tempo de serviço

Valor presente das obrigações não

Perdas atuarias não reconhecidas

Efeito do limite do parágrafo 58 (b)

(Ativo)/passivo no balanço patrimonial

A controlada Carbocloro opera com outros benefícios de longo prazo referente a gratificações por tempo de serviço. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para o plano de pensão de benefício definido. Este plano não é financiado. Este benefício é contabilizado como uma obrigação de longo prazo.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial (correspondente a participação de 50%, nessa controlada em conjunto) são os seguintes:

			2012 Consolidado		
	Benefício definido de plano de pensão	Assistência médica	Benefícios de aposentadoria compulsória	Gratificação por tempo de serviço	Total
Valor presente das obrigações financiadas Valor justo dos ativos do plano	50.783 (48.119)	-	- -	-	50.783 (48.119)
Valor presente das obrigações não	2.664	-	-	-	2.664
financiadas Perdas atuariais não reconhecidas	(3.763)	3.998 112	11.871 -	2.281 -	18.150 (3.651)
(Ativo)/passivo no balanço patrimonial	(1.099)	4.110	11.871	2.281	17.163
			2011		
	Benefício definido		Consolidado Renefícios de	Gratificação por	
	de plano de pensão	Assistência médica	aposentadoria compulsória		Total
Valor presente das obrigações financiadas Valor justo dos ativos do plano	37.854 (42.347)	-	- -	- -	37.854 (42.347)
	(4.493)	-	-	-	(4.493)

3.291

3.678

387

4.444

49

10.390

10.390

2.005

2.005

15.686

16.073

4.831

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Capital social

a) Capital autorizado

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada a redução do Capital Social no valor de R\$ 451.169, sem alterar a quantidade de ações, mediante a compensação de parte dos Prejuízos Acumulados em 31 de dezembro de 2011. Após a referida redução, o Capital Social da Companhia, passou a ser de R\$ 384.329, dividido em 835.498.342 ações, com valor nominal de R\$ 0,46 por ação.

A Companhia poderá aumentar o capital social até o valor de R\$ 840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está composto de ações nominativas escriturais, de valor unitário de R\$ 0,46 e R\$ 1,00, respectivamente, com a seguinte distribuição:

Quantidade de

	ações - em milhares
Ações ordinárias	278.499
Ações preferenciais Classe A	25.907
Ações preferenciais Classe B	531.092
	835.498

c) <u>Direitos das ações</u>

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais.

As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre o valor nominal de cada ação, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Capital social -- Continuação

c) <u>Direitos das ações</u>--Continuação

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 484.062 ações em tesouraria com valor contábil correspondente a R\$ 715 e o valor de mercado em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 194 (2011 - R\$ 140).

22. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva especial para dividendos	Reserva de retenção de lucros	Total
Em 31 de dezembro de 2011				
Constituição de reserva	1.848	1.848	24.486	28.182
Em 31 de dezembro de 2012	1.848	1.848	24.486	28.182

a) Reserva legal

Essa reserva é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos - estatutária

A essa reserva são destinados, anualmente, 5% do lucro líquido do exercício, além da reversão do valor do dividendo obrigatório pago antecipadamente. O saldo não poderá exceder 20% do capital social.

Essa reserva tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar o pagamento antecipado do dividendo obrigatório durante cada exercício social até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Reservas de lucros--Continuação

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$ 24.486, para fazer jus ao orçamento de capital, a ser arquivado na CVM.

23. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Administração.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da operação de Cloro e Soda da sua controlada em conjunto Carbocloro S.A. Indústrias Químicas.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro, são as seguintes:

	2012			2011		
	Cloro e			Cloro e		
	soda	Outros	Total	soda	Outros	Total
Demonstração de resultado						
Receita de clientes - mercado interno	350.721	-	350.721	326.135	-	326.135
Receita de clientes - mercado externo	4.665	-	4.665	19.216	-	19.216
Receita total do segmento	355.386	-	355.386	345.351	-	345.351
Custo das vendas (ex. depreciação e amortização)	(188.117)	_	(188.117)	(190.665)	_	(190.665)
Despesa operacional (ex. depreciação e	(100.117)	_	(100.117)	(190.005)	_	(190.003)
amortização)	(70.505)	(28.867)	(99.372)	(68.011)	(22.821)	(90.832)
Depreciação e amortização	(21.199)	(4.403)	(25.602)	(21.165)	(322)	(21.487)
Participação nos resultados de coligadas (*)	` -	16.878	`16.878 [´]	` -	(25.574)	(25.574)
Receitas financeiras	937	35.001	35.938	3.221	65.230	68.451
Despesas financeiras	(5.815)	(30.496)	(36.311)	(7.056)	(55.195)	(62.251)
Perdas cambiais financeiras, líquidas	(1.400)	-	(1.400)	(2.136)	-	(2.136)
Imposto de renda e contribuição social	(20.012)	1.894	(18.118)	(16.564)	155	(16.409)
Lucro do exercício das operações continuadas líquido de impostos	49.275	(9.993)	39.282	42.975	(20 527)	4.448
liquido de litipostos	49.275	(9.993)	39.202	42.975	(38.527)	4.448
Total do ativo	312.374	457.199	769.573	307.915	581.907	889.822
:						

^(*) Refere-se à participação de 25,25% na empresa Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A, fabricante de pás customizadas para geradores de energia eólica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
-	2012	2011	2012	2011
Variações nos estoques de matérias-primas, materiais de				
consumo, produtos em elaboração e produtos acabados	-	-	85.468	87.479
Energia Elétrica	45	56	68.861	70.640
Despesa com salários e benefícios a empregados	11.670	10.454	53.831	52.886
Encargos de depreciação e amortização (Notas 13, 14 e 15)	4.403	322	25.602	21.487
Serviços de terceiros	3.613	3.895	17.978	18.880
Despesas com fretes sobre vendas	-	-	37.994	36.712
Outras	3.572	3.405	8.064	10.511
Custo total das vendas, custos de distribuição e despesas				
administrativas	23.303	18.132	297.798	298.595

25. Resultado financeiro

a) Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consc	olidado
	2012	2011	2012	2011
Despesa financeira Juros de empréstimos e financiamentos Outras despesas financeiras	(29.327) (1.169)	(53.952) (1.243)	(33.534) (2.777)	(59.279) (2.972)
Despesa financeira	(30.496)	(55.195)	(36.311)	(62.251)
Receita financeira Receitas de equivalentes de caixa e TVM Outras receitas	30.793 4.208	58.567 6.663	30.992 4.946	59.293 9.158
Receita financeira	35.001	65.230	35.938	68.451

b) Perdas cambiais financeiras, liquidas

	Controladora		Consc	olidado
_	2012	2011	2012	2011
Variações cambiais ativas sobre contratos de câmbio - exportação	-	-	167	368
Variações cambiais passivas sobre empréstimo recebido Outras variações cambiais	- -	- -	(1.530) (37)	(2.481) (23)
Perdas cambiais financeiras líquidos	-	-	(1.400)	(2.136)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Lucro por ação - básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, preferenciais Classe A e Classe B emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 21(d)).

		Controladora e	Consolidado
		31 de dezemb	oro de 2012
	Lucro atribuído aos		
Tipo de ação	acionistas	Quantidade de ações	Lucro por ação
Ações Ordinárias	12.283	278.499	0,04410
Ações Preferenciais Classe A	1.257	25.907	0,04851
Ações Preferenciais Classe B	25.742	530.608	0,04851
Total	39.282	835.014	
		Controladora e	Consolidado
		31 de dezemb	
	Lucro atribuído aos		
Tipo de ação	acionistas	Quantidade de ações	Lucro por ação
Ações Ordinárias	600	278.499	0.0022
Ações Ordinanas Ações Preferenciais Classe A	2.591	25.907	0,1000
Ações Preferenciais Classe B	1.257	530.608	0,0024
Açues i leieleliciais Ciasse D	1.201	550.000	0,0024
Total	4.448	835.014	

27. Dividendos

Aos titulares de ações de qualquer espécie é assegurado, estatutariamente, em cada exercício, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária (artigo 202 da Lei no 6.404/76).

O cálculo dos dividendos relativos ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está demonstrado abaixo. Não houve pagamento de dividendos no ano de 2011 em função de prejuízos acumulados.

	R\$ mil
Lucro líquido em 31/12/2012	39.282
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(2.321)
	36.961
(-) Constituição de reserva legal	(1.848)
Lucro base para cálculo dos dividendos	35.113
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	8.779
(-) Dividendos antecipados base jun/2012	(1.706)
Dividendos propostos em 31/12/2012	7.073

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receita operacional líquida

	Consolidado		
	2012	2011	
Receita bruta de vendas			
Mercado interno	460.219	428.827	
Mercado externo	4.665	19.216	
	464.884	448.043	
Impostos incidentes sobre vendas e abatimentos	(109.498)	(102.692)	
Receita líquida de vendas	355.386	345.351	

29. Compromissos

A controlada em conjunto possui contratos de fornecimento de insumos diversos na modalidade take or pay com vigência até setembro de 2014 e montante total contratado de aproximadamente R\$ 154.875 (31/12/2011 - R\$ 225.201), correspondente à participação de 50% da Controladora.

Historicamente, a controlada em conjunto tem consumido de forma integral as quantidades de insumos contratadas.

	Consc	olidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
2012	-	81.891
2013	88.500	81.891
2014	66.375	61.419
	154.875	225.201

30. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações (constituída no Brasil), que detém 57,31% das ações ordinárias da sociedade. Os 42,69 % remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Transações

Em 15 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu debêntures da sua coligada Tecsis no valor de R\$ 14.174 com taxa de juros de IPCA + 4,5% a.a e vencimento em 31 de janeiro de 2013. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 14.701.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros, no exercício de 2011, totalizou R\$ 4.107 e R\$ 6.399 (2011 - R\$ 3.435 e R\$ 6.665) na controladora e no consolidado, respectivamente.

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.